

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 539 - Brasília, terça-feira, 9 de setembro de 1997

ACM defende fim do IPC e de privilégios em fundos de estatais

Não só os parlamentares, mas também os funcionários de empresas públicas com regimes especiais de contribuição e benefícios foram citados na entrevista do presidente do Senado, que não admite distinções entre servidores da União

HOMENAGEM AO PRESIDENTE JORGE SAMPAIO



Recebido ao pé da rampa do Congresso, o presidente de Portugal foi homenageado em sessão solene que teve como tônica os votos de relações sempre melhores entre os dois países. Para o plenário repleto, Antonio Carlos Magalhães disse que "a amizade e a inteligência" são maiores que os problemas.

Lúcio Alcântara, em nome do Senado, defendeu o investimento de ambos os países "em diplomacias amadurecidas e profissionais". Página 3

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse em entrevista coletiva, ontem, que é favorável ao fim do Instituto de Previdência dos Congressistas, IPC, bem como de todos os sistemas de aposentadoria privilegiada existentes nas empresas estatais. "Acho que chegou a hora de acabar com os privilégios", afirmou Antonio Carlos, que é contra o tratamento da extinção do IPC na Constituição. O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda, concorda com a decisão da CCJ de remeter para a lei complementar a definição sobre o instituto, e Edison Lobão lembra que o IPC é uma previdência privada como as outras, "não um benefício".

Página 5

NESTA
EDIÇÃO

**Marina:
FHC deve
ouvir os
excluídos**

Página 7

**"Guerra
fiscal"**

A disputa dos estados para atrair empresas, a matriz energética e a exploração do trabalho infantil são temas de hoje nas comissões.

Página 2





Melo: pressa em desapropriar



Vieira: descentralizar a reforma

Plenário aprecia projetos sobre reforma agrária

Na sessão deliberativa de hoje do Senado serão proferidos os pareceres das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto de

lei do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que objetiva apressar as desapropriações para reforma agrária, e o do senador José Eduardo Vieira (PTB-PR), que dispõe sobre a partici-

pação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implantação da reforma agrária. Se aprovados os pareceres, os projetos deverão ser votados amanhã.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h** - Despacho interno
11h - Recebe o governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos
11h30 - Recebe o senador Lúdio Coelho, acompanhado do coordenador regional do Movimento Nacional dos Produtores Rurais
15h - Recebe Paula Lavigne
15h30 - Sessão Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
17h30 - Recebe o ex-governador de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado**
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 41/96 (tramitando em conjunto com o PLS nº 133/96), que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária); "PLS nº 133/96 (tramitando em conjunto com o PLS nº 41/96), que dispõe sobre a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implantação da reforma agrária; discussão em turno único do "PLC nº 47/94, que dispõe sobre o exercício profissional do técnico de segurança patrimonial; e "PLC nº 140/94, que regulamenta a profissão de arqueólogo.

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura**
 Pauta: Audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, acompanhado dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte, Firmino Ferreira Neto e José Muniz Lopes, respectivamente, a fim de prestar informações sobre a matriz energética brasileira. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
17h - CPI do Trabalho Infantil
 Pauta: Exposição do coordenador do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, Charles Roberto Pranke. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa
17h - Comissão de Assuntos Econômicos
 Subcomissão Destinada a Examinar a Política de Incentivos Oferecidos às Empresas pelos Governos Estaduais
 Pauta: Audiência pública sobre "guerra fiscal" com a presença do presidente do Ipea, Fernando Antônio Rezende da Silva. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

- Quarta-feira (10.09.97)**
14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição; e "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de Previdência Social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Quinta-feira (11.09.97)
14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 89/92, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industria-

lizados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência.

Sexta-feira (12.09.97)
9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (10.09.97)
10h - Comissão de Assuntos Sociais
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

12h - Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal

Pauta: Estréia, amanhã, do Projeto Cultura ao Meio-Dia - Cinema, com a projeção do filme *Tieta do Agreste*, de Cacá Diegues. Auditório Petrônio Portella

Quinta-feira (11.09.97)

17h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
 Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 54/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para que possa realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,98 milhões, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé - RS; "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96-Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso com impostos federais; "PLS nº 313/95 (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Matriz energética em debate hoje

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se hoje, às 10h, em audiência pública que contará com a presença do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, acompanhado dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte, Firmino Ferreira Neto e José Muniz Lopes, respectivamente, que deverão prestar esclarecimentos sobre a matriz energética brasileira.

Também a subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos que examina a política

de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais realiza hoje, às 17h, audiência pública com a participação do presidente do Ipea, Fernando Antônio Rezende da Silva, e de outros pesquisadores do órgão.

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) reúne-se a partir das 17h, quando ouvirá exposição do coordenador do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, Charles Roberto Pranke.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júlia Marisa
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço - Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

O presidente de Portugal ressalta, em seu discurso, que a legislação de enquadramento das comunidades residentes consagra, nos dois países, número significativo de direitos

Sampaio prega mais integração e visão além das circunstâncias

Homenageado em sessão solene no Congresso Nacional ontem, o presidente português, Jorge Sampaio, disse ontem que "a expressão da vontade de Portugal é estreitar, em novos moldes, as relações com o Brasil". Em sua opinião, a legislação de enquadramento das comunidades residentes já consagra, nos dois países, um número significativo de direitos.

- É desejável que essa legislação esteja em permanente evolução e aperfeiçoamento, considerando, naturalmente, o já vigente princípio de reciprocidade. Não é um caminho fácil, mas o que importa é o sentido em que se caminha. Sei que todas as autoridades brasileiras e por-



Sampaio discursa na sessão solene, ao lado de ACM e de Michel Temer

tuguesas, com elevado e necessário sentido de ponderação, serão capazes de olhar para além das circunstâncias e defender sempre o interesse estratégico do relaciona-

mento entre Brasil e Portugal - afirmou.

Segundo Jorge Sampaio, o motivo da união dos dois países, como também a garantia de sua continuidade, não são

devidos a um determinismo histórico, "mas à força, conscientemente assumida, da importância política, econômica e cultural das nossas relações bilaterais".

José Lourenço lembra síntese de etnias que forja o Brasil

Em nome da Câmara, o deputado José Lourenço disse na sessão solene que a maior das riquezas da colonização portuguesa no Brasil foi a "síntese de culturas e etnias, que se fundem e misturam sem conflito, tendo por base de sustentação uma das línguas mais ricas do planeta, enraizada no latim e marcada fortemente pela civilização árabe".

- O brasileiro e o português completam-se naturalmente neste país imenso e em sua civilização, que é o resultado natural de um caldeamento dos indígenas, que aqui viviam, com os portugueses, os africanos e, posteriormente, outros imigrantes provindos dos quatro cantos do mundo - afirmou.

José Lourenço, nascido em Portugal, salientou ainda que, como todos os lusitanos, luta pelo reconhecimento e pela independência do Timor Leste, ocupado pela Indonésia.

ACM sobrepõe a inteligência aos problemas eventuais

Em sua saudação ao presidente português, ao final da sessão solene do Congresso Nacional, o presidente do Legislativo brasileiro, senador Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem sua convicção de que "a amizade e a inteligência presentes nas relações entre Brasil e Portugal são muito maiores que os eventuais problemas entre os dois países e haverão de superá-los".

O senador destacou sua esperança de que nas comemorações conjuntas dos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos navegadores portugueses, dentro de três anos, as dificuldades tenham sido superadas e um novo ciclo de relações, ainda maiores e mais intensas, se consolide entre os dois países.

Antonio Carlos Maga-

lhães lembrou que o presidente Jorge Sampaio dá continuidade, em suas preocupações de aprofundar as relações de amizade e fraternidade entre portugueses e brasileiros, ao trabalho desenvolvido por seu antecessor, Mário Soares. Ele ga-

Antonio Carlos disse ao homenageado que falava como oriundo da Bahia, a mais portuguesa das terras brasileiras

rantiu que os compromissos de governantes como o presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro-ministro português Antonio Guterres, juntamente com os parlamentares de ambos os países, na defesa da democracia e promoção do desenvolvimento comum, resultarão na solução dos problemas bilaterais e no aprofundamento das relações entre os dois países.

- Estou convencido de que temos deveres para com nossos países, com nossas culturas, mas temos uma união política que é indispensável - afirmou Antonio Carlos Magalhães, que se declarou satisfeito com as perspectivas que o discurso do presidente português abre quanto ao relacionamento entre as duas nações.

O presidente do Congresso Nacional fez questão de ressaltar que falava como homem público oriundo da Bahia - "a mais portuguesa das terras brasileiras" - e cidadão consciente das profundas raízes culturais que unem os brasileiros e portugueses, citando inúmeros escritores contemporâneos e do passado para atestar esse intercâmbio e essa integração.



Alcântara: novo ciclo de relações

Alcântara pede diplomacias profissionais de ambos os lados

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que discursou em nome do Senado na homenagem ao presidente Jorge Sampaio, disse que Brasil e Portugal devem lutar por uma maior integração entre os dois países e, para isso, investir em diplomacias amadurecidas e profissionais.

Na opinião do senador, o momento é favorável a um novo e positivo ciclo de relações entre os dois países, que já incluem esse objetivo entre as metas de governo. Essa determinação, a seu ver, torna animadoras as possibilidades de cooperação em pesquisas e tecnologias e de formação de parcerias tanto nos setores públicos quanto privados.

- Quero que brasileiros e portugueses desfrutem um número crescente de direitos e oportunidades para se integrarem plenamente na sociedade que livremente escolherem viver - disse o senador. A seu ver, o fato de Portugal e o Brasil estarem incluídos em mercados regionais diferentes deve ser um estímulo à cooperação binacional.

Conforme Lúcio Alcântara, "há um destino a ser compartilhado entre Portugal e Brasil, valor a ser preservado e a ser multiplicado no bojo da inovadora experiência da globalização".

Alcântara abordou a questão do Timor Leste, ressaltando a responsabilidade de Portugal na luta pela autonomia daquele país. E destacou o apoio de Portugal à entrada do Brasil no conselho permanente da ONU.

Presidente do Senado afirma que "o Brasil não é o verdadeiro beneficiário do Mercosul" e defende que "alguma coisa deve ser feita" quanto ao comércio com a Argentina

"Guerra do açúcar" exige firmeza, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o governo deveria adotar uma posição mais firme em relação à "guerra do açúcar", porque "não é a primeira vez que acontece a discriminação contra produtos brasileiros".

O senador acha que o episódio não chega a caracterizar um confronto entre o Brasil e a Argentina, mas reiterou que "alguma coisa deve ser feita", não descartando até a adoção de represálias cabíveis. Ele não comentou diretamente os termos da proposta do deputado Paulo Bornhausen, mas disse que essa iniciativa - "ou algo parecido" - poderá ser a solução.

Instado pela imprensa a

aprofundar suas declarações, o presidente do Senado disse: "Vou resumir tudo sobre este assunto dizendo o seguinte: o Brasil não é o verdadeiro beneficiário do Mercosul".

Antonio Carlos Magalhães assinalou que não cabe ao Legislativo tomar

iniciativa em relação ao ocorrido, ressaltando que quem deve agir é o governo, através do Ministério da Indústria e do Comércio e do Itamaraty.

FHC X ESQUERDA

Indagado sobre as declarações do presidente da República sobre a esquerda

brasileira, o senador afirmou: "O presidente fala com autoridade maior do que a de qualquer outra pessoa, porque ele conhece bem o assunto, fala com conhecimento de causa. Se ele disse isso, tem suas razões. Acho que ele deve estar certo".

Senado vota lei eleitoral até dia 20

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem a conclusão do processo de votação da lei eleitoral pelo plenário da Casa até o dia 20 deste mês, e reiterou sua posição "radicalmente contra" o financiamento público das campanhas eleitorais e pela manutenção do sistema atual de contagem dos votos em branco para apuração da representatividade das leges.

- É uma imoralidade muito grande o financiamento público de campanhas políticas. Acho que o povo não quer isto. O povo quer o dinheiro público para escolas, hospitais e segurança - disse.

Para Antonio Carlos, será impossível evitar burlas ao sistema de financiamento público. Além disso, não haveria como impedir que o financiamento privado ocorresse, simultaneamente ao oficial.

Quanto às perspectivas da votação da lei eleitoral no Senado, Antonio Carlos considerou difícil que a bancada do PMDB mantenha posição única sobre este assunto. Há previsão de encerramento da tramitação no dia 20, de forma a permitir o espaço de uma semana para a revisão pela Câmara, e mais quatro ou cinco dias para que o presidente da República exerça seu direito de veto.



Parga: Maranhão de luto

Pesar pela morte de Mourão Bogéa

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento dos senadores Bello Parga (PFL-MA) e Edison Lobão (PFL-MA) para registro em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, ao Maranhão, à Academia Maranhense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do estado pela morte do ex-deputado federal Antenor Mourão Bogéa.

Ao justificar o requerimento, o senador Bello Parga disse que o homenageado foi o mais culto, inteligente e correto advogado maranhense, tendo exercido a profissão com grandeza e profundo conhecimento do Direito. "O Brasil e o Maranhão estão de luto com o desaparecimento de um dos homens mais ilustres deste século", disse ele.

Bello Parga também afirmou que Antenor Mourão Bogéa era o último constitucionalista remanescente da Assembléia de 1946 e descendia dos "verdadeiros heróis" que construíram seu estado. "Foi um homem que mereceu o respeito dos alunos e confrades, e é lamentável que existam poucos que sirvam de paradigma e exemplo como ele", salientou.

Francelino quer apoio para Vale do Jequitinhonha

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou ontem que confia no apoio dos deputados federais de todos os partidos ao projeto da senadora Júnia Marise (PDT-MG) que prevê a inclusão do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, na área de atuação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Ele informou que é grande a expectativa dos mineiros em relação à proposta, que deverá ser apreciada amanhã pela Câmara dos Deputados. O projeto já foi aprovado pelo Senado Federal.

Ex-governador de Minas Gerais, Francelino Pereira disse que a si-



Francelino: seca é a mesma situação do Vale do Jequitinhonha "se identifica plenamente com os problemas da seca" no Nordeste do Brasil.

Por isso, Francelino considera importante que a Sudene estenda sua atuação àquela região mineira.

Gilvam sugere que Capiberibe renuncie

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) sugeriu ontem a renúncia do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, que, conforme argumentou, é um dos responsáveis pelas irregularidades que teriam resultado no prejuízo estimado em R\$ 6,58 bilhões ao Banco do Estado do Amapá (Banap).

- Não há como eximir de responsabilidade a figura do governador - afirmou Gilvam Borges.

Para o senador, "mesmo havendo dúvidas sobre participação direta nessas negociações fraudulentas, a culpa do governador persiste por ter escolhido mal a administração do banco estadual".

Observando que a má gestão na instituição não é recente, Gilvam Borges lembrou que o Banap já havia registrado, no ano passado, um patrimônio líquido negativo equivalente a R\$ 7,5 milhões.

Gilvam Borges apresentou



Gilvam: culpa é do governador requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado para que solicite ao Tribunal de Contas da União a criação de uma comissão de auditoria para acompanhar e dar agilidade às investigações sobre o Banap, que estão sendo feitas pelo Banco Central.

COBRANÇA

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) reforçou a necessidade de cobrar a responsabilidade dos envolvidos no caso, e lembrou que o Banco de Roraima também está enfrentando problemas de má administração.



Antonio Carlos considerou absurdo tratar do IPC na Constituição

Aposentadorias privilegiadas, sejam no Congresso Nacional, sejam nas estatais, foram condenadas por Antonio Carlos Magalhães

Presidente do Senado defende o fim do IPC

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a extinção do IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) e também de todos os sistemas de aposentadoria privilegiada existentes nas estatais. Ele disse que a solução deverá ser adotada através de legislação ordinária.

- Na minha opinião, o IPC deve ser extinto, resguardados os direitos daqueles que vêm contribuindo ao longo dos anos. Acho que chegou a hora de acabar com os privilégios, seja para o Congresso, seja para qualquer órgão estatal que tenha aposentadoria diferente dos demais funcionários públicos da União - afir-

mou.

O senador considerou satisfatória a fórmula contida no projeto de extinção do IPC em tramitação na Câmara, mas rejeitou o tratamento do assunto na Constituição.

- É um absurdo. O IPC não pode entrar na Constituição, seja para manutenção ou para extinção - disse.

Arruda concorda: ou a extinção, ou sujeição à lei

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) concordou com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que remeteu para a lei complementar a definição sobre o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas). Ele explicou que, se o instituto não faz parte do texto constitucional, não se justifica que sua eventual extinção conste da Constituição. Mas, por outro lado, considerou inadivável uma decisão do Senado sobre o IPC, aplaudindo por isso a decisão do colégio de líderes de dar urgência à tramitação dessa matéria.

Arruda esclareceu que as opiniões que manifestou em entrevista a uma emissora de televisão, na quinta-feira passada, são pessoais, e afirmou que, depois de conversar com o senador Elcio Alvares (PFL-ES), compreendeu perfeitamente a decisão da CCJ



Arruda: mandato não é profissão

de sujeitar à legislação complementar o disciplinamento do IPC. Mas afirmou que esse instituto deve extinguir-se ou sujeitar-se às normas previstas para os outros sistemas previdenciários.

- O IPC pode até existir, desde que submetido às regras dos outros sistemas. O que se condena é que exista com regras privilegiadas - assinalou.

José Roberto Arruda sustentou o direito de o parlamentar poder optar pelo sistema previdenciário a que estava vinculado antes da eleição. "O parlamentar deve ter o direito de optar pelo sistema previdenciário anterior. Eu, pessoalmente, prefiro recolher na minha profissão", garantiu. Conforme o senador, "mandato não é profissão" e, como engenheiro, é nessa atividade que deseja se aposentar.

O senador anunciou que, no momento em que o Legislativo tratar da lei complementar destinada ao disciplinamento da matéria, pretende reapresentar emenda que permite a opção do parlamentar por outro sistema previdenciário. E deixou claro que, na entrevista concedida à televisão, apenas defendeu sua emenda, porque, como o estúdio estava sem retorno, sequer ouviu os comentários que antecederam a sua entrevista.

É apenas previdência complementar, diz Lobão

Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), o IPC é previdência complementar, e não benefício do poder público a parlamentares. "Comete-se um grande equívoco nisso. O IPC é também dos funcionários da Câmara e do Senado, mas isso é sempre omitido", esclareceu.

Lobão explicou que o parlamentar só começa a ter direito proporcional a seus benefícios depois de oito anos de contribuição, desde que tenha completado 50 anos. E disse que a refor-



Lobão: há um grande equívoco na da Previdência não pretende manter o IPC intacto, mas deixar seu disciplinamento para lei complementar.

TV SENADO HOJE

7h - Entrevista com o senador Otoniel Machado sobre a lei eleitoral e sobre a proposta de prorrogar a cobrança da CPMF

8h - Debate sobre a "Lei de Imprensa" com o senador José Fogaça, relator do projeto, e Américo Antunes, presidente da Fenaj

9h30 - Entrevista com o senador Otoniel Machado (reapresentação)

10h - Comissão de Infra-Estrutura (transmissão ao vivo da audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, acompanhado dos presidentes da Eletrobrás, Firmo Ferreira Neto, e da Eletronorte, José Muniz Lopes, para prestarem informações sobre a matriz energética brasileira

14h30 - Sessão plenária ao vivo

Em seguida - Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com a subcomissão que examina a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais. Na pauta: audiência pública com o presidente do Ipea, Fernando Antônio Rezende da Silva

20h30 - Sessão plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Pauta: exposição do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, e dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte a respeito da matriz energética brasileira

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

2h - Música e informação até as 7h30

Um mês atrás, quando houve a crise das polícias militares, o senador propunha órgão para acabar com a violência policial

Valmir aplaude criação da Secretaria de Segurança

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) elogiou ontem a decisão do governo de criar a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que terá a função de elaborar e assessorar o ministro da Justiça na execução de uma política de âmbito nacional.

Ele lembrou que havia defendido em pronunciamento há um mês, no auge das rebeliões de policiais militares, a constituição de um órgão destinado a empreender "esforços possíveis e impossíveis para acabar com a maior das aberrações existentes no seio dos nossos órgãos de segurança: a violência policial". A criação da nova secretaria representa, para o senador, um passo decisivo no sen-



Valmir: elogios ao governo e expectativa por menina seqüestrada

tido de reestruturar e modernizar "o anacrônico e contaminado aparelho policial brasileiro".

Entre as funções da nova secretaria, Valmir Campelo destacou a de implementar programas de formação profissional, ampliar os sistemas de informações sobre justiça e segurança, além de realizar estudos que consolidem as estatísticas nacionais de crimes, trânsito e entor-

pecentes.

Ele recebeu aparte do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que classificou a segurança pública como o principal problema do país. Em resposta, Valmir chamou a atenção para a violência no Distrito Federal e fez votos de que a filha do empresário e deputado distrital Luís Estêvão - Cleucy, 12 anos -, seqüestrada há quatro dias, "volte para casa sã e salva".

Aprovada na CAS, ajuda a seringueiro já está na Câmara

Já foi enviado à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) concedendo seguro-desemprego ao seringueiro profissional durante o período em que for impraticável, desaconselhável ou improdutivo a exploração do látex. A matéria foi aprovada, terminativamente, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e não houve recurso para sua apreciação no plenário.

Pela proposição, o seringueiro que exercer sua atividade de forma contínua, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, receberá um salário mínimo mensal durante o tempo em que estiver impedido de trabalhar. O benefício será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o período de concessão será



Nabor: defesa dos seringueiros definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O projeto estabelece que, para recebimento do seguro, o seringueiro deverá apresentar ao órgão responsável pelo pagamento a prova de registro como profissional junto ao Ibama há, no mínimo, três anos, e atestado do Conselho Nacional dos Seringueiros comprovando que não possui renda familiar superior a um salário mínimo mensal.

Júlio Campos: Malan deve rever horário dos bancos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) dirigiu apelo ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e aos membros do Conselho Monetário Nacional para que revejam a resolução que, a partir do dia 1º de setembro, alterou o horário do expediente bancário. Ele disse que as lideranças políticas, empresariais e de trabalhadores de Mato Grosso pedem a revogação da medida adotada pelo Banco Central.

Na opinião do senador, o conselho deverá reconhecer a inoportunidade de execução da medida que, ao estabelecer novo horário de funcionamento das agências bancárias, "contraria os interesses da economia não apenas da cidade de Cuiabá e de Mato Grosso, mas também de todos os estados brasileiros".

- Estou convencido de que

Campos: novo expediente afeta toda a atividade econômica



o ministro Pedro Malan, com a sensibilidade de intelectual e homem público de alta qualidade, terá a grandeza de rever essa norma, que em nada contribui para a melhoria da eficiência de nossa economia - ponderou.

Júlio Campos acrescentou que "a importância econômica e social do sistema bancário nacional não permite que se façam mudanças bruscas no horário de funcionamento sem causar sérios riscos ao comércio, à indústria, à agricultura e

aos serviços".

Ele relacionou, entre as instituições de seu estado que se manifestam contrárias ao novo horário das agências bancárias, a Assembleia Legislativa; Secretaria de Indústria e Comércio de Cuiabá; Federação das Indústrias; Federação do Comércio; Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá; Federação dos Trabalhadores na Agricultura; e Sindicato dos Bancários no estado de Mato Grosso.

Bezerra propõe isenção para moto de competição

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto de lei que concede isenção de impostos para importação de motocicletas destinadas exclusivamente a treinamento e competições desportivas. Tal medida, se aprovada, vai reduzir o preço do equipamento para os aficionados do motociclismo.

Ele esclarece, na justificativa, que a isenção objetiva incentivar a prática do motociclismo, mas, para evitar desvios ou fraudes na aplicação do benefício tributário, estará condicionada ao reconhecimento pela Receita Federal. A solicitação deverá estar instruída com documento emitido pela Confederação Nacional de Motociclismo.

De acordo com a proposição, estarão isentas de impostos as motocicletas importadas pela Confederação Nacional de Motociclismo, por federação estadual ou por atleta filiado à federação. A isenção se restringe a motocicletas "cuja qualidade do projeto e dos materiais



Bezerra: incentivo a motociclista

empregados e a tecnologia de produção assegure ao atleta ou à equipe níveis máximos de rendimento desportivo ou superiores aos obtidos com o similar nacional, em condições idênticas de utilização".

O projeto estabelece que a exclusão definitiva do crédito tributário se dará apenas cinco anos após o desembarque aduaneiro da motocicleta.

Carlos Bezerra faz uma ressalva em seu projeto, autorizando os ministros da Fazenda, da Educação e do Desporto e o ministro extraordinário dos Esportes a estabelecer outros requisitos para a concessão da isenção.



Romero Jucá
aponta
dessorção à
democracia

Jucá condena uso de violência pelos membros do MST

O senador Romero Jucá (PFL-RR) lamentou ontem o incidente ocorrido no final de semana no Paraná, onde integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) invadiram uma propriedade e espancaram um fazendeiro. "Violência desse tipo é um desserviço à democracia", disse o senador, afirmando que sempre apoiou os movimentos sociais.

- Os integrantes do MST

não têm o direito de aprisionar pessoas e espancá-las de forma brutal e covarde. Espero que a direção nacional do movimento condene a atitude do MST do Paraná - acrescentou.

Após salientar que sempre foi favorável aos movimentos sociais, Romero Jucá observou que era com tristeza que se reportava às ações do MST, que, a seu ver, "cometeu um tipo de violência que deve ser condenado pela sociedade".

Senador denuncia irregularidade em RO

O senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou ontem que o governo de Roraima, sem licitação, contratou pelo prazo de cinco anos uma cooperativa, ao preço de R\$ 250 milhões, para implantar o PAS (Programa de Assistência Social). "A situação em Roraima me deixa preocupado, porque o governador Neudo Campos está agindo de forma irregular e arbitrária num plano que já foi condenado pelo Ministério da Saúde", disse.

Conforme Jucá, além de contratar a cooperativa que atendeu a administração da capital paulista, Roraima está implantando o mesmo modelo que não estaria dando certo no município de São Paulo.

- Se não tem dado certo em um município como São Paulo, que é o terceiro PIB do Brasil, não vai dar certo em Roraima, que é um dos PIBs mais baixos do país - disse o senador.

Romero Jucá anunciou que irá ao Ministério da Saúde e ao Ministério Público fazer um relato da situação em Roraima e solicitar providências. Ele anexou ao seu pronunciamento relatório do Conselho Federal de Medicina sobre o PAS em São Paulo.

DEMISSÃO

Romero Jucá leu ofício a ele encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde de Roraima (Sintras), segundo o qual "mais de 1.800 servidores estaduais foram demitidos, está instalado o caos na área da saúde e o desespero é muito grande". O senador disse que os servidores públicos federais, por sua vez, foram colocados à disposição da Secretaria de Administração.

- Quero registrar o meu protesto às arbitrariedades praticadas pelo governador de Roraima, e manifestar minha solidariedade aos servidores públicos, que merecem ser tratados com dignidade - frisou.

"É preciso sair do verbo para a ação concreta. É fundamental que o governo federal agilize a reforma agrária como meta prioritária"

Marina: FHC deve ouvir o "Grito dos Excluídos"

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria procurar saber quais as contribuições que podem ser dadas ao seu governo pela manifestação "Grito dos Excluídos", ocorrida no domingo em Aparecida (SP) e outras cidades do país.

- O presidente Fernando Henrique disse, em seu discurso em comemoração ao Dia da Pátria, que os excluídos já são objeto de uma mobilização nacional promovida por seu governo, mas é preciso sair do verbo para a ação concreta. É fundamental que o governo federal agilize a reforma agrária como meta prioritária para a inclusão social dos excluídos - acentuou Marina Silva.

Conforme lembrou, o protesto foi organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento

Marina sugere ao presidente ações concretas em favor de excluídos



dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central de Movimentos Populares, reunindo 150 mil pessoas.

AMAZÔNIA

Marina reportou-se também à passagem, no último dia 5, do Dia da Amazônia. Segundo ela, o povo "não teve muito o que comemorar; afinal a região ainda precisa de muitas coisas, que devem ser cobradas às autori-

dades". A senadora observou que há um crescimento "exagerado" das cidades na região, como por exemplo no estado do Amazonas, onde mais de 70% da população vive na capital.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizou-se com o "Grito dos Excluídos", considerando que a manifestação foi "pacífica e democrática".

Pesquisa atesta crise moral e preocupa Benedita da Silva

"É lamentável que estejamos verificando, no Brasil, uma crise de princípios morais que devem nortear uma sociedade democrática", disse a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ao comentar o resultado de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre o conhecimento da população em relação aos direitos sociais, civis e políticos.

A senadora citou dados indicando que 40,4% dos en-

trevistados em oito municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro acham justificável a polícia usar métodos violentos para obter confissão dos suspeitos e que 60,4% consideram que os bandidos não devem ter seus direitos respeitados porque não respeitam os dos outros.

- Na realidade, apesar de reconhecer a violência como algo negativo, a população carioca aceita-a quando ela é

usada para acabar com outro tipo de violência - afirmou.

Benedita da Silva registrou ainda que 95,5% dos entrevistados consideram que o pobre é tratado com maior rigor pela Justiça do que o rico, e 42,4% das pessoas roubadas não procuraram a polícia para dar queixa, alegando que têm medo dela. "Essa realidade nos mostra que as pessoas não acreditam na igualdade perante a lei, nem na segurança pública", salientou.

- São dados estarrecedores que nos levam a refletir sobre a necessidade urgente de repensarmos os direitos humanos e a cidadania no Brasil. Nesse sentido, será realizado nos dias 10 e 11 de setembro, no Rio de Janeiro, o seminário internacional *Justiça e Cidadania*, que será um bom momento para analisar, em profundidade, os dados recolhidos na pesquisa - assinalou.



Benedita da Silva:
violência não pode
justificar mais
violência

Amanhã, às 12h, no Auditório Petrônio Portella, será exibido *Tieta do Agreste*, de Cacá Diegues, com Sônia Braga

Senado abre espaço para cinema nacional

O Senado Federal dá início amanhã, às 12 horas, no Auditório Petrônio Portella, ao projeto Cultura ao Meio-Dia - Cinema, com a projeção do filme *Tieta do Agreste*, de Cacá Diegues. Iniciativa da Coordenação de Relações Públicas, o projeto está aberto a toda a comunidade - com ingresso grátis - e prevê a apresentação regular de filmes nacionais e estrangeiros, sempre às quartas-feiras, ao meio-dia.

- Inicialmente, vamos privilegiar o cinema brasileiro - informa o diretor de Relações Públicas do Senado, Vinicius Becker, adiantando que a partir do próximo ano deverão ser incluídos na programação filmes de outras nacionalidades.

Baseado no romance de Jorge Amado, o filme de estréia, *Tieta do Agreste*, tem como protagonista Sônia Braga, reunindo no elenco Marília Pera, Chico Anysio, Zezé Motta, Cláudia Abreu e Jece Valadão.

Ainda durante mês de setembro serão exibidos *Ed Mort Procurando o Silva*, de Alan Fresnet, no dia 17, e *Baile Perfumado*, de Paulo Caldas, no dia 24.

Em sua primeira etapa, o projeto Cultura ao Meio-Dia conta com o apoio da Secretaria para Desenvolvimento do Audiovisual e da Funarte, órgãos do Ministério da Cultura, que cederão alguns dos mais recentes e importantes títulos da produção nacional.

Jefferson vê em funeral de Diana lição de civilidade do povo inglês

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou ontem em plenário que ficou impressionado com a ordem dos ingleses e o comportamento das instituições britânicas durante o enterro da princesa Diana Spencer. "Mais de 2 milhões de pessoas nas ruas e nada de gritos lancinantes. Nem o mais leve tumulto. Foi uma manifestação impressionante de amadurecimento do povo inglês", constatou.

Jefferson ressaltou "o perfeito funcionamento das instituições" britânicas - o governo, a Casa Real e a Igreja.

Ele destacou ainda o com-



Jefferson: lição de harmonia

portamento do primeiro-ministro Tony Blair, que não fez um discurso político na cerimônia fúnebre e nem citou o nome da princesa, limitando-se a ler o capítulo 13 da Epístola de São

Paulo aos Coríntios, que fala da importância da caridade e da solidariedade. Jefferson Péres leu trechos da Epístola, entre os quais uma crítica aos homens públicos que, "de modo geral, são movidos por interesses pessoais".

Ao final, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, observou que "existem homens públicos bons e maus", e manifestou a certeza de que muitos deles praticam exatamente o que Jefferson Péres pregou ao ler a Epístola de São Paulo.

Freitas pede verbas para hospital

O senador Freitas Neto (PFL-PI) pediu ontem ao governo federal a destinação de verbas adicionais para a conclusão das obras do hospital da Universidade Federal do Piauí. Conforme o senador, são necessários R\$ 11 milhões para a finalização da obra, além dos R\$ 4,2 milhões já assegurados por convênio com o Ministério da Saúde para a construção do ambulatório do hospital.

Ele destacou ainda a neces-

sidade de uma suplementação orçamentária para cobrir custos de manutenção da universidade, em virtude do esgotamento dos recursos para 1997. Freitas Neto observou que os serviços de vigilância e limpeza das universidades federais foram terceirizados por determinação do Ministério da Educação, mas, no entanto, esse aumento de gastos não foi contabilizado no Orçamento.

Freitas também ressaltou a necessidade imediata da reali-



Educação preocupa Freitas

zação de concursos públicos para a universidade piauiense cobrir vagas abertas com aposentadorias de professores.

CARTAS

"Senhor Editor:

Nada melhor do que o *Jornal do Senado* para quem quer informação precisa e autêntica sobre o Senado.

Parabéns à equipe do jornal pela transformação do veículo em tabloide, medida que facilitou a leitura."

Gilmar Álvares Fernandes (Francisco Morato-SP)

"Recebemos pelo Sindicato Metabase de Patos de Minas um exemplar do *Jornal do Senado* e achamos que ele é um informativo de grande alcance social."

Associação dos Aposentados e Pensionistas de Patos de Minas (MG)

"Tive a grata satisfação de receber dois exemplares do *Jornal do Senado* e gostaria de continuar recebendo o informativo. Parabéns à equipe do *Jornal do Senado* pela clareza das matérias que sintetizam o trabalho legislativo."

Rogério Chiaroti (Morro Agudo-SP)

"Agradecemos a remessa de exemplares do *Jornal do Senado* e elogiamos as informações contidas no veículo."

Paulo Pimentel - presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santos (SP)

"O *Jornal do Senado* deveria ser mais incorporado e mais informativo. Sendo um jornal de órgão legislativo, o veículo deveria trazer referências de leis e outros atos, e, também, um índice para facilitar a localização de matérias publicadas em edições anteriores. Assim, o jornal poderia ser arquivado e utilizado em pesquisas nos municípios onde é distribuído."

José das Graças de Oliveira (Dores do Turvo-MG)

"Agradeço o recebimento do *Jornal do Senado* e manifesto a esperança de que esse veículo seja o embrião de um futuro *Jornal do Congresso Nacional*, leitura obrigatória dos que estiverem conscientes de seus deveres e direitos de cidadania."

Luiz Piragibe (Rio de Janeiro-RJ)

"Sou estudante de Direito da Universidade Católica de Goiás e, para ampliar meus conhecimentos, gostaria de receber regularmente o *Jornal do Senado*. O veículo será de grande utilidade para mim, já que me manterá informado dos trabalhos da Casa e dos projetos dos senadores."

Sérgio de Araújo Lopes (Goiânia-GO)

"Pedimos a inclusão da Escola de Polícia Civil do Paraná no rol de assinantes do *Jornal do Senado*. Além de enriquecer a biblioteca desta escola, o recebimento do jornal permitirá o acompanhamento dos trabalhos do Senado Federal."

Renato Ortolani de Souza (Curitiba-PR)

"Pretendo estudar Direito e vejo no *Jornal do Senado* um excelente veículo para o melhor entendimento do processo legislativo e das questões que interessam à maioria dos brasileiros."

Clara Betti (Brasília-DF)

"Uma boa surpresa essa de encontrar o *Jornal do Senado* como leitura de bordo, quando do meu embarque em Brasília. Parabéns pela iniciativa."

Romualdo Grossi (Porto Alegre-RS)